



MOÇÃO

Por outra Política Agrícola Comum que respeite a Soberania Alimentar de Portugal e promova o Desenvolvimento das Zonas Rurais

Terminadas as negociações da nova PAC para o pós 2020 e aprovado que está por Bruxelas o plano estratégico a aplicar em Portugal, o PEPAC, são muitas e diversas as preocupações dos agricultores familiares quanto ao futuro. As regras decididas em Bruxelas com a anuência dos nossos Governantes e as opções tomadas pelo Ministério da Agricultura, que serão postas em prática a partir de 2023, não respondem de forma cabal aos problemas da agricultura Nacional, e não promovem um desenvolvimento equilibrado de todo o território Nacional.

Longe de cumprir um dos desígnios anunciados pelo próprio Ministério, esta nova PAC vai continuar a deixar agricultores para trás, já que corta nos apoios às explorações com menor dimensão, vai ainda continuar a atribuir ajudas sem obrigatoriedade de produzir, e concretiza o processo de convergência interna do valor das ajudas, que constitui um verdadeiro bónus às muito grandes explorações.

Mesmo na vertente ambiental, supostamente a grande aposta desta reforma, o que se observa é a tentativa descarada de branquear, neste caso será esverdear, modelos de produção superintensivos e consumidores de recursos que vão continuar a ter impactos negativos no meio-ambiente.

A complexidade e a burocracia associada às medidas previstas no PEPAC são outras marcas presentes na nova PAC, anunciando estrangulamentos para as pequenas e médias explorações.

Assim, o 9º Congresso da CNA, reunido em plenário ao 6º dia do mês de Novembro de 2022, reclama:

- Que a orientação da PAC e do PEPAC inclua os princípios da Soberania Alimentar, promovendo o desenvolvimento da Agricultura Familiar;
- A reintrodução de medidas de controlo dos mercados que fomentem a produção em todos os Países e Regiões;
- As ajudas devem ser atribuídas só a quem produz;
- Todas as ajudas devem ser moduladas e plafonadas;
- A valorização do Regime da Pequena Agricultura e anulação dos cortes das ajudas nos dois primeiros escalões;

- Os critérios para atribuição das ajudas devem valorizar a mão-de-obra agrícola familiar;
- O apoio ao investimento nas explorações agrícolas e florestais deve ser atribuído com taxas de participação e regras adequadas aos pequenos e médios agricultores e produtores florestais, pois o que deve ser valorizado é o rendimento do trabalho e não o capital investido;
- A valorização económica e manutenção dos nossos sistemas de produção tradicionais;
- A investigação e a transferência de conhecimentos são aspectos fundamentais e uma nova PAC deve garantir serviços de extensão rural, de acompanhamento técnico e de transferência de competências, adequados ao nível de instrução dos nossos agricultores;
- A dinamização dos circuitos curtos de comercialização;
- O desenvolvimento de estruturas de concentração da oferta, adequadas à pequena e média produção, com o objectivo do abastecimento local;
- O rejuvenescimento da agricultura, apoiando a primeira instalação de jovens agricultores, e dando condições para que mantenham a sua actividade após os 5 anos obrigatórios;
- A valorização do papel da mulher agricultora e rural com vista à promoção da igualdade e revitalização dos territórios rurais;
- O apoio à floresta de uso múltiplo com aposta em espécies autóctones – aposta esta que só será viável com a melhoria dos rendimentos dos produtores florestais;
- Uma PAC que reconheça as especificidades dos sistemas produtivos e as condições edafoclimáticas de cada país nomeadamente ao nível das elegibilidades das parcelas agrícolas e florestais;
- A desburocratização das medidas de apoio e a sua simplificação;
- A adopção de um verdadeiro pacote ambiental que apoie as boas práticas, que tenha em conta a exploração como um todo e não só a resposta a pequenos indicadores.